



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º 34/2017

**Primeiro outorgante:** Município de Coimbra, NIPC 506 415 082, com sede na Praça 8 de maio, desta cidade, representado por Manuel Augusto Soares Machado, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal.

**Segundo outorgante:** Associação Cristã da Mocidade, NIPC 501 089 926, com sede na Rua Alexandre Herculano, 21 A – 3000-019 Coimbra, representada por Fausto Martins de Carvalho, na qualidade de Presidente da Direção.

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente Contrato-Programa nos termos e ao abrigo dos artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto); do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro (Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo); das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; do Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto (Edital n.º 90/2014, de 10 de outubro); e na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada em 24/07/2017 com base na Informação n.º 137/DDJ/2017, de 14/07/2017 (SGD n.º 26872/2017), que se regerá pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objecto do contrato**

Constitui objeto deste Contrato-Programa a comparticipação financeira para apoio à actividade desportiva referente à época 2016/2017, ao abrigo do previsto no Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto nas seguintes áreas:

- a) Reconhecimento da Formação Desportiva;
- b) Confirmação da Prestação Desportiva;
- c) Apoio ao Alto Rendimento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### Apoio financeiro

Na prossecução objeto descrito na cláusula 1.<sup>a</sup>, o Município de Coimbra concede apoio financeiro à 2.<sup>a</sup> outorgante como a seguir se discrimina:

1. Reconhecimento da Formação Desportiva, no montante de **5.000,00€** (cinco mil euros);
2. Confirmação da Prestação Desportiva, no montante **4.000,00€** (quatro mil euros);
3. Apoio ao Alto Rendimento, no montante de **1.000,00€** (mil euros).

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### Obrigações do Município

Constituem obrigações do Município de Coimbra, atribuição de um apoio financeiro estipulado na Cláusula 2.<sup>a</sup>, no montante total de **10.000,00€** (dez mil euros).

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### Obrigações da Associação Cristã da Mocidade

Constituem obrigações do segundo outorgante:

1. Enviar ao 1.<sup>o</sup> Outorgante o relatório de execução final do contrato-programa, até à data de vigência do presente contrato;
2. Colaborar graciosamente com o 1.<sup>o</sup> Outorgante e com outras instituições desportivas de Coimbra, a indicar pelo 1.<sup>o</sup> Outorgante, em ações desportivas de interesse municipal;
3. Colocar o logotipo em uso da Câmara Municipal de Coimbra em todas as atividades publicitadas pelo 2.<sup>o</sup> Outorgante.

### Cláusula 5.<sup>a</sup>

#### Programa de desenvolvimento desportivo

Os apoios referidos na cláusula 2.<sup>a</sup>, correspondem ao Programa de Desenvolvimento Desportivo referente à época desportiva 2016/2017, candidatado pelo 2.<sup>o</sup> outorgante.

### Cláusula 6.<sup>a</sup>

#### Acompanhamento e controlo do contrato-programa

Compete ao Município fiscalizar a execução do presente Contrato-Programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

### **Cláusula 7.ª**

#### **Vigência**

O Contrato-Programa entra em vigor a partir da data da sua assinatura, decorrendo o seu período de vigência até ao final do ano de 2017.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Revisão do contrato-programa**

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do Município, a prestar por escrito, sem prejuízo do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Resolução do contrato**

O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Município, caso o 2º outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e, bem assim, de entregar atempadamente os documentos que lhe sejam solicitados pelo Município no decurso da execução do mesmo.

### **Cláusula 10.ª**

#### **Publicitação do apoio**

O presente Contrato-Programa está sujeito à publicação nos sítios de Internet do Município e da Inspeção-Geral de Finanças, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, confirmado pelo Despacho n.º 1169/2014 do Ministério das Finanças, datado de 24 de janeiro.

### **Cláusula 11.ª**

#### **Disposições finais**

As questões omissas regem-se pelas disposições legais aplicáveis.



**CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

Este Contrato-Programa foi feito em duplicado no dia 4 de setembro de 2017, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

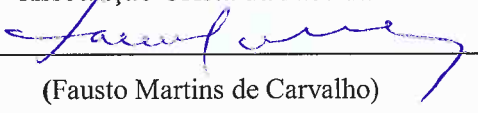


de 2017, ficando um

**O Município de Coimbra**

  
\_\_\_\_\_  
(Manuel Augusto Soares Machado, Dr.)

**Associação Cristã da Mocidade**

  
\_\_\_\_\_  
(Fausto Martins de Carvalho)

Min. : RO

Elab. : RO

Conf. : MP 

Serv. Emissor: DDJ